

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo investigar o impacto do desaparecimento de um filho, sob circunstâncias desconhecidas, de seu núcleo familiar, a partir da análise dos discursos das mães. Todas as participantes desta pesquisa são mulheres engajadas, de corpo e alma, na busca por informações que possam levá-las à localização destas crianças, mas infelizmente, até o final deste trabalho, os casos continuavam sem solução.

Partimos do pressuposto baseado nos escritos de Badinter (1985) de que, a partir século XVIII, as mulheres passaram a desempenhar um novo papel dentro da família, devendo executar suas tarefas com perfeição, generosidade e sabedoria. O amor materno passa a ser entendido como algo natural e instintivo e a criança torna-se o centro do núcleo familiar. Apesar da emancipação feminina, ainda hoje as mulheres são socialmente educadas e incentivadas a serem esposas e, principalmente, mães dedicadas que, durante o exercício do papel parental, devem ser onipotentes e onipresentes na relação com os filhos.

Sob esta perspectiva, a mulher é vista como a principal responsável pelo cuidado da prole - aquela que é amorosa, caridosa e abdicada - e a criança passa a ser entendida como um ser em especial fase de desenvolvimento. Badinter (1985) aponta que muitas mulheres sentem-se extremamente gratificadas quando elogiadas pela boa criação de seus filhos, por sua saúde, vivacidade e educação. Mas não há apenas glorificações: quando algo de mal acontece a uma criança (em especial, se esta falece) é a mãe quem geralmente carrega a culpa por não ter sido capaz de evitar tal situação.

De acordo com Caselatto e Motta (2002), a mulher vivencia a perda de um filho como um fracasso em seu papel social de mãe e carrega consigo sentimentos de culpa e impotência. As autoras acrescentam que o processo de elaboração do luto de uma mãe é diferenciado dos outros tipos de luto no que diz respeito à duração, intensidade e frequência dos sintomas.

O desaparecimento de alguém que amamos (em especial de crianças) é um fenômeno ainda mais complexo do que a morte, pois envolve uma série de

sentimentos ambíguos tais como esperança/desesperança, tristeza, sofrimento, culpa, raiva, impotência e medo acentuados.

As principais diferenças entre o desaparecimento e a morte de filho, segundo Boss (2001), são a duração, proporção e intensidade dos sintomas após a perda que, nos casos de ausência indefinida, tendem a se manter por tempo indeterminado, podendo nunca ser elaborados. As incertezas e fantasias acerca da localização e estado de saúde da criança levam a família – e principalmente as mães – a apresentarem altos níveis de ansiedade, desespero e temor, mas não impedem que surjam sentimentos como esperança e fé, deflagrando a ambigüidade diária vivida pelos envolvidos.

De nosso estudo participaram 11 mães com filhos desaparecidos misteriosamente. Todos os desaparecimentos ocorreram no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2002 e 2005. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com o objetivo de investigar o impacto do desaparecimento das crianças a partir da ótica destas mulheres. Das entrevistas emergiram 4 categorias de análise, assim nomeadas: 1) *impacto do desaparecimento*; 2) *relacionamento com marido / companheiro / namorado / pai da criança*; 3) *relacionamento com outros filhos*; 4) *enfrentando o desaparecimento: facilitadores e complicadores*.

Pudemos constatar que, diante do desaparecimento súbito e misterioso de seus filhos, todas as participantes apresentaram inicialmente reações de negação, choque, entorpecimento, desespero, angústia e medo. A negação da perda – reação mais freqüente no grupo estudado – baseava-se na crença de que aquela realidade não duraria mais do que algumas horas, dias ou meses. Podemos inferir que a idéia de reversibilidade da perda, impossível nos casos de morte, torna-se possível (e até compreensível) nos casos de desaparecimento, confirmando a ambigüidade a que estão expostas estas mulheres.

Após o choque inicial frente à constatação do desaparecimento das crianças, foram citados pelas entrevistadas sentimentos como ansiedade, culpa, impotência, descrença, tristeza e raiva. Todos estes sentimentos, no entanto, contrastaram com a esperança, fé e determinação.

A certeza do reencontro, em especial, foi apontada por nossas participantes como o sentimento mais importante, que as manteve ativas na busca por informações do paradeiro de seus filhos. Por esta razão, a formulação de hipóteses – ou “aposta da família” – mostrou-se fundamental para manutenção da

integridade psíquica destas mulheres, que se utilizam deste recurso para manter acesa a esperança de localizarem seus filhos.

Todas as participantes acreditam que seus filhos estejam vivos, sustentadas principalmente na falta do corpo ou de quaisquer outros indícios de morte. Por acreditarem na vida de seus filhos, mas não conseguirem localizá-los, fantasiam comumente que as crianças estão presas, acuadas ou mesmo fora do país. A idéia de que as crianças estejam sendo usadas em atividades ilegais (como pedir esmolas ou em redes de prostituição infantil) foi citada com frequência pelas mães. Apenas uma mãe cogita a possibilidade de morte de sua filha, mas seu discurso é ambíguo, e também carrega uma ponta de esperança de que volte a ter a menina viva, junto de si.

Dentre os sentimentos vivenciados ao longo do primeiro ano após o desaparecimento, podemos destacar a culpa. A crença de que poderiam ter evitado o desaparecimento dos filhos, o sentimento de fracasso no cumprimento da função materna, somados ao desconhecimento do paradeiro da criança, fazem com que esta culpa não possa ser superada, impossibilitando que as mães re-signifiquem a relação com o filho ausente. Por outro lado, as mulheres buscam provar, em suas falas, que não eram negligentes ou omissas com os filhos, tentando encontrar explicações que dissipem a sensação de que poderiam ter impedido o desaparecimento. Concluímos que, apesar de afirmarem serem boas mães, nossas participantes, independente do tempo de desaparecimento dos filhos, sentem-se responsáveis por não terem sido capazes de protegê-los adequadamente (algumas mães até mesmo acreditam que poderiam ter evitado que as crianças sumissem).

Mesmo no caso nos quais as mães afirmam não se sentirem culpadas pelo desaparecimento das crianças, todas, sem exceção, buscam uma explicação, uma resposta que possa apaziguar-lhes o coração, pois sentem que não puderam completar seu papel parental com a criança agora ausente. A resposta esperada é a mesma para todas: encontrar a criança ausente sã e salva, mas também retomar o senso de previsibilidade e estabilidade da vida, perdida no dia em que a criança desapareceu.

Como vimos, a culpa é um sentimento ambíguo pois, ao mesmo tempo em que as mulheres a sentem, tentam eximir-se desta ao buscar outras explicações para o desaparecimento de seus filhos. Mas a ambigüidade se faz presente em outras esferas da vida de nossas participantes, como, por exemplo, na saúde física.

Pudemos constatar a presença de reações somáticas na maioria de nossas participantes, apontando um dado importante: por um lado, os sintomas físicos são formas de expressar a dor e o sofrimento pela ausência dos filhos; por outro lado, dificultam ainda mais o processo de enfrentamento da perda.

Um fator complicador no processo de enfrentamento da perda diz respeito ao tempo de desaparecimento. No caso das mães que têm filhos desaparecidos há mais de três anos, percebemos uma maior dificuldade em encontrar respostas para seus questionamentos. Não sabem onde procurar, não recebem mais denúncias, temem que a situação fique em aberto por toda vida. Além disso, quanto maior o tempo de desaparecimento, mais sozinhas as mães se sentem em relação aos demais familiares.

O medo, portanto, é um sentimento comum a todas as mães, e está relacionado às incertezas sobre a localização e ao estado de saúde de seus filhos, mas, principalmente, ao fato de que não sejam capazes de recuperá-los (vivos ou mortos), falhando novamente em seu papel parental.

Este dado mostra-se ainda mais relevante quando vemos as relações entre as mulheres e seus companheiros e, principalmente, na relação entre estas e os outros filhos. Constatamos que, inicialmente, todas as mulheres engajaram-se de forma integral na busca por informações que pudessem ajudá-las na localização da criança desaparecida. Neste primeiro momento, marido/companheiro/namorado e filhos foram "colocados de lado" em prol da busca pelo ausente. No entanto, o distanciamento destas mulheres dos demais familiares, em alguns casos, perdurou por longos períodos ou persiste ainda hoje, dificultando ainda mais a reorganização do sistema familiar.

Em se tratando dos relacionamentos conjugais, pudemos verificar que, no caso das participantes casadas com os pais das crianças desaparecidas, sentimentos como desamparo e raiva do companheiro levaram a um desgaste na relação conjugal, comprometendo significativamente o diálogo entre os membros do casal. Há também as diferenças no modo de expressar a dor pela ausência do filho, e nossas participantes acreditam que os maridos não sentem a perda da mesma forma que elas, fazendo com que, muitas vezes, questionem o apoio que recebem de seus cônjuges.

A percepção sobre a reação dos homens ao desaparecimento dos filhos foi bastante semelhante em todos os casos: inicialmente, todos os homens mostraram-

se desesperados com o acontecimento, mas o tempo e a intensidade de seus sintomas foram inferiores aos das mulheres, e estas consideram este fato uma afronta a seus sentimentos e uma falta de consideração com a criança ausente.

Vimos, portanto, que na maioria dos casos, as entrevistadas perceberam que o pai da criança sofreu um impacto inicial abrupto pelo desaparecimento do filho, mas parecem desqualificar as formas como estes expressam seus sentimentos. As mulheres, por esta razão, acabam sentindo-se sozinhas em suas próprias angústias e anseios. Como podemos perceber, o apoio oferecido pelos maridos, quando estes também são os pais das crianças desaparecidas, é não só esperado mas até mesmo cobrado por estas mulheres, que consideram que, depois delas, deveriam ser eles os mais afetados pela ausência do filho. Quando estes não se expressam da forma como elas esperam, ou quando não partilham das mesmas idéias sobre o paradeiro da criança, um mal-estar nasce entre os membros do casal, afastando-os temporária ou definitivamente.

No entanto, no caso das participantes divorciadas, a percepção está diretamente relacionada aos sentimentos existentes desde a dissolução do casamento. A crença de que estes homens não estão enlutados pelo desaparecimento dos filhos se apresenta como uma forma destas mulheres expressarem as mágoas, ainda remanescentes, do relacionamento que não deu certo.

Já nos casos das mulheres que possuem novos relacionamentos, pudemos verificar que estas se sentem desamparadas pelos companheiros, em especial por estes não compartilharem dos mesmos sentimentos pela criança, já que não eram seus verdadeiros pais. Este sentimento, por vezes, dificultou o diálogo entre os membros do casal e parece acentuar a sensação de solidão vivida por estas mulheres.

Constatamos também que, casadas ou comprometidas em novos relacionamentos, as mulheres esperam receber apoio de seus parceiros, pois acreditam que poderiam suportar melhor a dor e o sofrimento pela ausência do filho se tivessem companheiros atentos e disponíveis às suas necessidades.

Podemos concluir, portanto, que a percepção das mulheres em relação à reação dos pais diante do desaparecimento de um filho está diretamente relacionada à relação afetiva do casal (independente de serem casados ou separados na ocasião do desaparecimento) e à expectativa de que estes

expressassem seu luto da mesma forma que elas, considerando-os inadequados e negligentes por não o fazerem (seja pela duração dos sentimentos e/ou pela intensidade dos mesmos).

Já na relação com os filhos, pudemos observar um dado importante: se por um lado vemos algumas mães superprotetoras, há também casos nos quais estas passaram a negligenciar os demais ou a manter o filho ausente como um ponto de referência idealizado, comparando-o sistematicamente com as outras crianças. Ambos os comportamentos evidenciam uma dificuldade destas mulheres em lidar com o rompimento brusco do vínculo com o filho ausente, o que acarreta mudanças na forma de se relacionar com as outras crianças da família, temendo perdê-las ou dando-nas como perdidas na tentativa (frustrada) de não mais sofrer.

Conseqüentemente, a concepção de que a mãe é quem mais sofre pela ausência do filho desaparecido apareceu, de forma explícita ou implícita, em todos os discursos, e isto parece impossibilitar, muitas vezes, que estas mulheres percebam que os demais envolvidos também estão enlutados e sentem, à sua forma, a ausência do ente querido. O silêncio entre os membros da família (nuclear e extensa) também marca o discurso de nossas participantes.

Outro dado importante encontrado em nosso estudo diz respeito à confirmação e validação da perda por parte da sociedade. Segundo as participantes, a certeza da morte de um filho, aliada à validação social desta perda (através da realização de rituais), a existência de um local onde se concretize a morte e que possibilite a expressão dos sentimentos de pesar, seria um fator facilitador para o processo de elaboração da perda. No entanto, nos casos de desaparecimento, não há certezas, não há lugares, não há rituais, e, conseqüentemente, não há margem possível de elaboração. A formulação de hipóteses torna-se o único mecanismo para que estas mães dêem conta da ambigüidade de sentimentos, presente diante da ausência dos filhos, e possam continuar investindo nas buscas.

Para lidar com tamanho sofrimento, muitas mães encontram apoio em outras mães de crianças desaparecidas. A maioria de nossas participantes apontou como benéfico o fato de poder compartilhar com outras mães de crianças desaparecidas as mesmas angústias e ansiedades frente ao desaparecimento de um filho. Este sentimento de pertença mostrou-se como fonte de segurança e

esperança para a maior parte das participantes, que contam com este recurso nos momentos em que se sentem desamparadas e desorientadas.

Já em relação às mães que não possuem filhos desaparecidos, duas vertentes se apresentaram. Para algumas mães, “o sentimento de mãe/maternidade”, como chamaram, fica mais aguçado quando se tem um filho desaparecido. O amor, o cuidado e a dedicação à família e aos filhos é maior, e, segundo elas, aprende-se a dar mais valor às pessoas, o que outras mulheres não são capazes de ter, pois não sabem o que é sofrer por um filho ausente.

Por outro lado, outras participantes sentem-se inferiorizadas e estigmatizadas na relação com outras mães, pois acreditam estarem sempre sob os olhares inquisidores destas, que as culpam pelo desaparecimento de seus filhos. Nestes casos, a relação com outras mulheres que não tenham filhos desaparecidos fica prejudicada, e os sentimentos de culpa e fracasso se acentuam, dificultando ainda mais a reorganização psíquica destas mães.

De forma geral, concluímos que, para estas mães, fatores como a falta de certezas sobre como e onde estão os filhos desaparecidos, a não realização de rituais, o prolongamento indefinido da ausência e o julgamento de outras pessoas (especialmente outras mães) podem contribuir negativamente para o processo de elaboração da perda. Por outro lado, a formação de grupos com outras mães de crianças desaparecidas e a possibilidade de compartilhar com estas seus sentimentos apresenta-se como um importante recurso para a reestruturação e reorganização da vida destas mulheres.

A partir de nossos achados, podemos afirmar que o desaparecimento de uma criança é um fenômeno complexo, um tipo muito particular de perda que envolve uma série de variáveis, diferentes dos casos de luto por morte, tais como as incertezas, culpa e impotência acentuadas e a falta de reconhecimento e validação social.

Como sugestões de futuros estudos sobre o tema, acreditamos ser importante pesquisar o impacto do desaparecimento para os pais das crianças desaparecidas, assim como verificar as diferenças de gênero diante deste tipo de perda. Também poder-se-ia investigar mais aprofundadamente a reação dos irmãos e a leitura que fazem deste acontecimento em suas vidas e na dinâmica familiar. Assim como nos casos de luto por morte de filho, é comum que os

estudiosos foquem seus olhares nas mães, negligenciando (novamente) genitores e irmãos (ãs).

Outro possível tema de estudo abarcaria os profissionais responsáveis pelo atendimento a estas famílias. Existe algum tipo de preparação para estes sujeitos? Como lidar com o sofrimento destas famílias? As instituições envolvidas muitas vezes não têm recursos (humanos e financeiros) para abarcar a complexidade destes casos. O que fazer?

Por fim, sugerimos um trabalho com mães de crianças desaparecidas, que possa fornecer um espaço não só de escuta, mas também de validação de seus sentimentos, tão ambíguos, que precisam ser ventilados para, então, poderem ser re-significados e elaborados. Não há como responder a perguntas, tais como, em que local estão as crianças ou como estão, mas há como oferecer a estas mulheres um lugar de acolhimento e compartilhamento, possibilitando que as mesmas se reorganizem diante do caos causado pelo desaparecimento de seu ente querido.